

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR RELATOR CONSELHEIRO DO EGRÉGIO TRIBUNAL  
DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS, SENHOR GILBERTO DINIZ**

**Processo nº: 1.084.565**

**Natureza: Representação**

**JOÃO PAULO FACANALI FONSECA, ANA PAULA FERREIRA FONSECA e WAGNER BERTUCCI**, todos devidamente qualificados nos autos da Representação em epígrafe, vem, respeitosamente perante V. Exa., por seus advogados infra-assinados, apresentar **DEFESA ADMINISTRATIVA**, nos termos que passa a aduzir.

**I. DA TEMPESTIVIDADE**

Primeiramente, cumpre anotar a tempestividade da presente defesa. Consoante o disposto no art. 168, §1º do RITCEMG, alterado pela Resolução nº 02/2023, ***"quando houver mais de uma parte, o prazo começará a contar da data da última publicação ou da data de juntada aos autos do último ato de comunicação ou da data que for a mais benéfica para as partes, quando os atos de comunicação se formalizarem por diferentes meios"***.

No caso em comento, **o último ato de comunicação se refere à citação por Edital do Sr. Nelson Donizeti dos Santos Alves**, que foi disponibilizado no Diário Oficial de Contas de 02/05/2023 (Peça nº 43). Nesse sentido, vale registrar o disposto no §2º do art. 168 do RITCEMG, que estabelece que *"considera-se como data da publicação o primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização da informação no Diário Oficial de Contas"*.

Considerando que há mais de uma parte e que a citação delas se deu por diferentes meios, tem-se que o prazo inicial para apresentação de Defesa será a data da última publicação, **neste caso, 03/05/2023**, a teor do comando do §2º do supracitado art. 168 c/c o §1º do art. 170 do RITCEMG<sup>1</sup>. Tendo em vista que o prazo para apresentar

---

<sup>1</sup> §1º A contagem do prazo terá início no primeiro dia útil seguinte ao da publicação ou ao da juntada aos autos do ato de comunicação.

defesa é de 15 (quinze) dias úteis, **tem-se que o prazo fatal para manifestar é a data 24/05/2023**. Protocolada até esta data, é tempestiva a presente defesa.

## II. DA ESPÉCIE

Trata-se de representação formulada pelo Sr. Carlos Alberto Monteiro, Vereador da Câmara Municipal de Albertina, em face de possíveis irregularidades no Processo Licitatório nº 101/2019 - Tomada de Preços nº 3/2019, cujo objeto consistiu na *"Contratação de empresa especializada em obras e serviços de engenharia para abertura de ruas, terraplenagem, execução de guias e sarjetas e execução dos seguintes projetos: projeto da rede coletora de esgoto; do projeto da rede de abastecimento de água; do projeto de drenagem de águas pluviais, para abertura de um loteamento em um terreno com área de 4,900 ha e matrícula nº 17.434, pertencente ao Município de Albertina, conforme Projetos Anexo I e Memorial Descritivo, Anexo II"*.

Os autos foram remetidos à 1ª Coordenadoria de Fiscalização dos Municípios, que solicitou o envio à **1ª Coordenadoria de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia (CFOSE)**. Esta, por sua vez, emitiu Relatório Técnico elencando uma série de irregularidades no processo licitatório supra, dentre as quais: i) *Modalidade de licitação inadequada*; ii) *Previsão de elaboração dos projetos e execução das obras pela mesma empresa*; iii) *Não parcelamento do objeto da licitação*; iv) *Declaração de que os materiais que serão colocados no serviço estão de acordo com as normas técnicas da ABNT*; v) *Planilha orçamentária, composições de custos unitários e Especificação Técnicas e*; vi) *Execução dos serviços, medições e ordenamento de despesas*.

Em seguida, os autos foram encaminhados ao Ministério Contas de Contas, que os enviou à Unidade Técnica para manifestação. Os autos retornaram ao Relator, que determinou a remessa à **1ª Coordenadoria de Fiscalização dos Municípios** para exame dos demais fatos representados e, após, ao MPC para manifestação preliminar.

A 1ª Coordenadoria de Fiscalização dos Municípios expediu Relatório Técnico sobre os demais fatos noticiados na Denúncia, concluindo que o Sr. Prefeito poderia ser citado tão somente para esclarecer acerca da irregularidade referente à não apresentação da documentação solicitada pelo vereador. Ao final, entendeu pela expedição de recomendação à Administração Pública para que divulgue as informações referentes aos procedimentos licitatórios, inclusive os respectivos editais, resultados e

contratos celebrados, bem como para que mantenha atualizadas as informações disponíveis para acesso.

Ato contínuo, o MPC apresentou manifestação preliminar, consignando que, a partir da documentação apresentada e relatórios produzidos pela Unidade Técnica, foram constatadas as seguintes irregularidades:

a) Assinatura do contrato em 30/12/2019, peça 14 – fls. 643/653, antes da adjudicação e da homologação do certame, que ocorreram apenas no dia seguinte, 31/12/2019, peça 14 – fls. 639 e 640, contrariando o art. 38 da Lei nº 8.666/1993;

Responsável: Joao Paulo Facanali de Oliveira, Prefeito Municipal

b) Escolha inadequada da modalidade de licitação, contrariando o art. 23, §§ 1º e 2º da Lei nº 8.666/1993;

Responsável: Wagner Bertucci, Secretário de Obras

c) Previsão de elaboração do projeto básico pela mesma empresa que irá executar a obra, contrariando os arts. 7º e 9º da Lei nº 8.666/1993;

Responsáveis: Joao Paulo Facanali de Oliveira, Prefeito Municipal; Ana Paula Ferreira Fonseca, Secretária de Administração e Wagner Bertucci, Secretário de Obras

d) Não parcelamento do objeto da licitação, contrariando o § 1º do art. 23 da Lei nº 8.666/1993;

e) Responsáveis: Joao Paulo Facanali de Oliveira, Prefeito Municipal; Ana Paula Ferreira Fonseca, Secretária de Administração e Wagner Bertucci, Secretário de Obras

f) No exame da planilha orçamentária e das composições de custos unitários observou-se que o preço global se mostrava razoável, porém alguns itens, de forma individual, apresentavam sobrepreço, podendo indicar jogo de planilha e eventual dano ao erário;

Responsável: Wagner Bertucci, Secretário de Obras

g) Não apresentação da documentação solicitada pelo representante impedindo-o de exercer seu dever constitucional de fiscalizar os atos do Poder Executivo;

Responsável: Joao Paulo Facanali de Oliveira, Prefeito Municipal

Assim, foi determinada a citação das partes indicadas como responsáveis pelas irregularidades apuradas para a apresentação de Defesa, com a expedição dos ofícios de citação/intimação.

É o que basta relatar.

### III. DA ASSINATURA DO CONTRATO

O Ministério Público de Contas lista como uma das irregularidades encontradas no procedimento licitatório o fato de o contrato ter sido assinado pelas partes no dia 30/12/2019, um dia antes da adjudicação do objeto e homologação do processo, que ocorreu em 31/12/2019, o que contrariaria o art. 38 da Lei 8.666/93, que versa sobre o procedimento da licitação.

De fato, a data registrada no contrato é o dia 30/12/2019, conforme se extrai da fl. 653 da Peça 14:

Prefeitura Municipal de Albertina/MG, 30/12/2019.

JOÃO PAULO FACANALI DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal  
CONTRATANTE

NELSON DONIZETI DOS SANTOS ALVES  
Representante da CONTRATADA

**Imagem 1**

Há que se atentar, nesse sentido, que o extrato do contrato foi publicado no dia 31/12/2019, veja:

do Município de Albertina

terça-feira, 31 de dezembro de 2019. Lei nº 1.084, de 27 de maio de 2013. Edição nº 1485 Ticket: 14850

8 FLS: 655

I) Gabinete do Prefeito Não há publicação.	Partes: Município de Albertina e ACAE – Associação Cultural e Assistencial Evangélica Construir de Jacutinga.
II) Secretaria de Administração Não há publicação.	Objeto: Visa à prorrogação de prazo de um mês ao Termo de Parceria/Contrato 45/2019.
III) Secretaria de Educação Não há publicação.	Prazo: 30/01/2020
IV) Secretaria de Saúde Extrato de Alvará Sanitário	Data: Prefeitura Municipal de Albertina, 30 de dezembro de 2019.
O Serviço de Vigilância Sanitária da Secretaria de Saúde do Município de Albertina, Estado de Minas Gerais, torna pública a emissão do seguinte Alvará Sanitário: Razão Social/Nome: Benedito Roberto Ângelo 03244438890 CNPJ/CPF: 35.759.727/0001-31 Endereço: Rua Prefeito Paulo Conceição, 548 – Jardim Primavera Registro na VISA: 6.6.010/2019 Data de Expedição: 30/12/2019 Data de Validade: 30/12/2020	<b>EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO</b> <b>CONTRATO nº. 54/2019</b> <b>Processo Licitatório nº 101/2019 – TOMADA DE PREÇO Nº3/2019.</b> Partes: Município de Albertina e CTNN COMERCIO E CONSTRUTORA LTDA Objeto: Contratação de empresa especializada em obras e serviços de engenharia para abertura de ruas, terraplenagem, execução de guias e sarjetas e execução dos seguintes projetos: projeto da rede coletora de esgoto; do projeto da rede de abastecimento de água; do projeto de drenagem de águas pluviais, para abertura de um loteamento em um terreno com área de 4,900 ha e matrícula nº 17.434, pertencente ao Município de Albertina, conforme Projetos Anexo I e Memorial Descritivo, Anexo II. Prazo: 31/06/2020 Valor: 956.390,37 (novecentos e cinquenta e seis mil, trezentos e noventa reais e trinta e sete centavos)
Prefeitura Municipal de Albertina, 30 de dezembro de 2019. Henrique Eduardo Mariotti Fiscal de Saúde Pública MASP 14092	
V) Controladoria Geral do Município Não há publicação.	

**Imagem 2**

Destarte, para melhor interpretação da questão, imprescindível recorrer à regra inserta no parágrafo único do art. 61 da Lei 8.666/93, que estabelece que “a publicação resumida do instrumento de contrato ou de seus aditamentos na imprensa oficial, é condição indispensável para sua eficácia (...)”.

Se a publicação é condição para eficácia, o contrato não está apto a produzir efeitos enquanto não publicado. Isso significa dizer que, sem a publicação, o contrato não é vigente, não gerando efeitos entre as partes contratantes antes do advento daquela formalidade.

Partindo dessa premissa, é possível concluir que, nada obstante o contrato estar datado de 30/12/2019, somente passou a produzir seus efeitos a partir de 31/12/2019, quando de sua publicação, em observância ao que prescreve a Lei nº 8.666/93.

Não é razoável presumir que houve alguma irregularidade na contratação tão somente com base na data da contrato pois, repita-se, os deveres contratuais pactuados entre somente passam a ser exigíveis a partir do momento em que o extrato do contrato é publicado. No caso em tela, não passou de um erro material, que certamente não influenciou na regularidade do certame.

Neste tocante, vale mencionar que os erros formais/materiais identificados na licitação foram oportunamente reportados à Assessoria Jurídica do Município pela Secretária Municipal Administrativa, Sra. Ana Paula Moreira, por meio do Ofício SMA nº 008/2020:

Ofício SMA nº 008/2020  
Ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal  
João Paulo Facanali de Oliveira  
Albertina/MG

Excelentíssimo Senhor Prefeito,

Tendo em vista erro na publicação da Homologação e do Extrato do Processo nº 101/2019 – Tomada de Preços nº 03/2019, ocorrido no dia 02/01/2020, providenciei a retificação na data correta, dia 31/12/2019, bem como a retificação dos textos da Homologação e do Extrato.

Em 31/12/2019, a Comissão de Licitação juntou a declaração de folhas 636 acompanhada de pedidos de destituição da função exercida neste processo de folhas 637 e 638.

**Todavia na mesma data de 31/12/2019 também foi juntado aos autos o contrato firmado com a empresa vencedora do certame.**

Informo ainda que nesta data de 22/01/2020 a empresa CTNN – Comércio e Construtora Ltda já iniciou a prestação de serviço.

Diante dos fatos, solicito orientação de Vossa Excelência de como proceder.

Albertina/MG, 22 de janeiro de 2020.

*Despacho: Ao Setor Jurídico. 22.01.2020*

### Imagem 3



A Assessoria Jurídica, após proceder com o exame técnico legal do processo, assim concluiu:


**EXAME TÉCNICO-LEGAL DO PROCESSO**

À luz da doutrina e da jurisprudência antes vistas, é lícito se afirmar, em arremate:


1. O vício apontado pela declaração de fl. 636 do processo de tomada de preços nº 101/2019 é de natureza formal, sanável, *ipso facto*.

PMA-PAJ-CT nº 196, de 06/02/2020 – fl. 10 de 11

---

 **PREFEITURA MUNICIPAL DE ALBERTINA**  
Estado de Minas Gerais - CEP 37596-000 - CNPJ nº 17.912.015/0001-29  
Rua Luiz Opúsculo, nº 290, Centro - (35) 3446-1300 - [www.albertina.mg.gov.br](http://www.albertina.mg.gov.br)

Assessoria Jurídica

 **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**  
FLS: 634

2. basta, para sanar o vício, intimar a empresa adjudicada (e contratada) para que apresente o documento exigido pelo item 8.4.9 do Edital;

3. o pedido de destituição dos membros da Comissão do referido processo não subsiste, porquanto encerrada a sua participação diante da evolução processual, com a homologação e a adjudicação, já de competência do Senhor Prefeito Municipal;

4. para a convalidação, para que não restem dúvidas, é conveniente, depois de aperfeiçoado o processo (com a juntada do documento exigido pelo item 8.4.9 do edital), o **Prefeito rerratificar os termos da homologação e da adjudicação do objeto do processo nº 101/2019, bem como ratificar os termos do contrato assinado.**

**Imagem 4**

Deste modo, não há que se falar em irregularidade na assinatura do contrato, tampouco afronta ao art. 38 da Lei 8.666/93, levando-se em conta que a data indicada no contrato foi um erro material e, ainda, que eventuais erros formais sanáveis verificados no processo licitatório foram oportunamente e devidamente reconhecidos e corrigidos.

#### **IV. DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO ESCOLHIDA**

A 1ª Coordenadoria de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia apontou que a modalidade de licitação escolhida pela Administração teria sido inadequada, pois, segundo consta no Relatório Técnico, "*as obras de urbanização vão muito além do que as constantes no memorial descritivo*", fazendo referência aos mandamentos instituídos no art. 3º, §§4º, 5º e 6º da Lei Federal nº 6.766/1979, alterada pela Lei nº 9.785/99, que "*dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências*".

O referido dispositivo e seus parágrafos versam, em suma, sobre o conceito de loteamento, bem como sobre os componentes da infraestrutura básica necessários para que o terreno seja considerado um lote, sendo estes: equipamentos urbanos de escoamento das águas pluviais, iluminação pública, redes de esgoto sanitário e abastecimento de água potável, e de energia elétrica pública e domiciliar e as vias de circulação.

Nesse contexto, a Unidade Técnica sugeriu que, em sendo o objeto da contratação a urbanização em loteamento de propriedade da Prefeitura, **o rol de serviços a serem executados teia uma extensão mais abrangente do que os serviços licitados**, de modo que, para que o Município implementasse o loteamento com a respectiva urbanização deste, **nos termos da lei**, os serviços objeto da licitação não seriam suficientes para tanto, o que demandaria, conseqüentemente, a contratação de serviços diversos, com especialidades distintas, em estrita observância ao disposto no art. 23 da Lei 8.666/93.

Com base nessa proposição, concluiu que: i) a pretensão da Prefeitura era o loteamento de uma área, com a conseqüente urbanização desta; ii) para tanto, seriam necessárias obras de pavimentação, sistema de drenagem, sistema de água potável, sistema de esgotamento sanitário, sistema de distribuição elétrica, sistema de iluminação pública, sinalização horizontal, sinalização vertical, dentre outros; e que, iii) **foram excluídos itens referentes à pavimentação**, objetivando reduzir o valor da licitação para “fugir” da modalidade licitatória **concorrência**.

Embora respeitável a tese proposta pela Unidade Técnica, esta padece de equívocos que, fatalmente, levam à impossibilidade de seu acolhimento, conforme passa a esclarecer.

Em 29 de outubro de 2019, o Município de Albertina, por intermédio de seu Prefeito, publicou o Decreto nº 1.169, de 29 de outubro de 2019, aprovando projeto de loteamento denominado “Jardim Novo Horizonte”, de propriedade do Município.

O Decreto previu a constituição do loteamento em obediência ao que determina o art. 1º, parágrafo único, e art. 6º, todos da Lei Federal nº 6.766/79, assim como às demais regras e diretrizes estabelecidas na norma; bem como em obediência ao disposto nos incisos XIV e XXXIX do art. 40 da Lei Orgânica do Município, que assim dispõe:

#### **Lei nº 6.766/79**

Art. 1º. O parcelamento do solo para fins urbanos será regido por esta Lei.



Parágrafo único - Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão estabelecer normas complementares relativas ao parcelamento do solo municipal para adequar o previsto nesta Lei às peculiaridades regionais e locais.

(...)

§ 6º A infra-estrutura básica dos parcelamentos situados nas zonas habitacionais declaradas por lei como de interesse social (ZHIS) consistirá, no mínimo, de:

I - vias de circulação;

II - escoamento das águas pluviais;

III - rede para o abastecimento de água potável; e

IV - soluções para o esgotamento sanitário e para a energia elétrica domiciliar.

#### Lei Orgânica do Município de Albertina

Art. 40. Ao Município compete prover tudo quanto diga respeito ao seu peculiar interesse e ao bem-estar de sua população, cabendo-lhe, privativamente, dentre outras, as seguintes atribuições:

(...)

XIV - estabelecer normas de edificação, de loteamento, de arruamento e de zoneamento urbano e rural, bem como as limitações urbanísticas convenientes à ordenação de seu território, observada a legislação federal;

(...)

XXXIX - exigir nas normas de loteamento e arruamento a que se refere o inciso XIV deste artigo, reserva de áreas destinadas a:

a) zonas verdes e demais logradouros públicos;

b) vias de tráfego e de passagem de canalização pública, de esgotos e de águas pluviais; e

c) passagens de canalizações públicas de esgotos e de águas pluviais com largura mínima de dois metros nos fundos dos lotes, cujo desnível seja superior a um metro da frente ao fundo.

No intuito de implementar o loteamento, ainda naquele ano, a Prefeitura Municipal de Albertina deflagrou procedimento licitatório sob o nº 101/2019, na modalidade **Tomada de Preços** (nº 3/2019), com valor estimado de R\$1.202.036,88 (um milhão, duzentos e dois mil, trinta e seis reais e oitenta e oito centavos), visando a contratação de empresa especializada em obras e serviços de engenharia **para abertura de ruas, terraplanagem, execução de guias e sarjetas e execução dos seguintes projetos: projeto da rede coletora de esgoto; do projeto da rede**



**abastecimento de água; do projeto de drenagem de águas pluviais**, para a abertura do loteamento em um terreno com área de 4,900 há e matrícula nº 17.434, pertencente ao Município de Albertina, conforme Projetos (Anexo I) e Memorial Descritivo (Anexo II).

Conforme já esclarecido nos autos, a empresa CTNN Comércio e Construtora Ltda se sagrou vencedora do certame, pelo valor de R\$956.390,37 (novecentos e cinquenta e seis mil, trezentos e noventa reais e trinta e sete centavos).

A par disso, a Unidade Técnica afirmou que a modalidade de licitação escolhida teria sido inadequada visto que a execução do loteamento e urbanização demandaria, dentre outros serviços, o de **obras de pavimentação, serviços estes que seriam essenciais ao atingimento da finalidade do objeto e que teriam sido intencionalmente suprimidos da licitação para que não fosse necessário realizar a licitação na modalidade concorrência**.

Como é sabido, o art. 22 da Lei 8.666/93 relaciona as modalidades de licitação, incluindo a Tomada de Preços (inciso II) que, de acordo com §2º do mesmo artigo, "*é a modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação*".

Já o art. 23 da mesma lei estabelece que as modalidades de licitação previstas nos incisos I (concorrência), II (tomada de preços) e III (convite) **serão determinadas em função dos seguintes limites**, tendo em vista o valor estimado da contratação:

Art. 23 (...)

I - para obras e serviços de engenharia:

a) convite - até R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais); **b) tomada de preços - até R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais);**

c) concorrência: acima de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais);

II - para compras e serviços não referidos no inciso anterior:

a) convite - até Cr\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de cruzeiros);

b) tomada de preços - até Cr\$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de cruzeiros);

c) concorrência - acima de Cr\$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de cruzeiros).

III - para compras e serviços não referidos no inciso anterior:

a) convite - até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais);

b) tomada de preços - até R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais);

c) concorrência - acima de R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais).

Dentro da sistemática da Lei 8.666/93, que regeu a licitação em espedeque, o critério definidor da escolha da modalidade da licitação seria, a princípio, a natureza da contratação (obras e serviços de engenharia). Definida a natureza, **a modalidade seria determinada pelo valor da licitação.**

Trazendo esses parâmetros legais para o caso concreto, **verifica-se que a escolha da modalidade da licitação foi totalmente acertada**, haja vista que a natureza do objeto (obras e serviços de engenharia) e o valor da licitação (inferior a R\$1.500.000,00) se enquadram na hipótese do art. 23, I, "b", da Lei 8.666/93.

Veja bem. O principal fundamento utilizado pela Unidade Técnica para sustentar que a modalidade adotada foi equivocada é que, na verdade, a execução desse objeto em específico contemplaria a execução de diversos tipos de obras e serviços, **inclusive de pavimentação**, tendo este último sido excluído justamente para que a licitação não se enquadrasse na modalidade concorrência.

No entanto, ao que tudo indica, houve um lapso na interpretação da norma que trata do parcelamento do solo.

De acordo com o art. 3º, §5º da Lei 6.766/79, com redação dada pela Lei nº 11.445/2007, para que um terreno seja considerado um loteamento, deve estar servido de infraestrutura básica, que é "*constituída pelos equipamentos urbanos de escoamento das águas pluviais, iluminação pública, esgotamento sanitário, abastecimento de água potável, energia elétrica pública e domiciliar e vias de circulação*".

Observe, primeiramente, que **a norma não exige que as vias de circulação sejam pavimentadas**; logo, o simples fato de a licitação não ter contemplado esse item não significa dizer que foi com a intenção de ajustar ou modificar a modalidade licitatória.

Para dar cumprimento às diretrizes da norma federal que regulamenta o parcelamento do solo, tem-se que, para constituir um loteamento, **é obrigatório que haja uma via de circulação**, não necessariamente que esta seja pavimentada; assim, por questões de ordem técnica e eventualmente orçamentária, a Administração fez a opção de não licitar o serviço de pavimentação, sendo certo que o regramento aplicável foi estritamente observado, **se considerado o fato de que o certame contemplou a abertura de vias de circulação.**

As obras de escoamento de águas pluviais, esgotamento sanitário e abastecimento de água, de igual maneira, foram devidamente licitadas.

Já em relação às obras e serviços de iluminação/energia, da leitura do Edital, é de se depreender que estes serviços não foram licitados, tendo em vista se tratar de empreendimento notadamente especializado, além da necessária interlocução com a Concessionária de Energia, responsável pela aprovação dos projetos energéticos e obras. Ou seja, são obras e serviços cujas condições de execução, logística e complexidade vão muito além do propósito inicial da Administração com a implementação do loteamento.

Ademais, **a Lei Federal nº 6.766/79 não impõe que a Administração Pública implemente toda a infraestrutura de um loteamento de uma única vez,** o que não poderia ser diferente, pois do contrário, estar-se-ia imputando uma responsabilidade sem que fossem consideradas os efeitos práticos para o planejamento do ente, assim como para a municipalidade, já que envolve aspectos técnicos, geológicos, hidrológicos, orçamentários, etc.

O que pretendeu a Unidade Técnica, em verdade, foi ampliar sobremaneira o objeto da licitação, na tentativa de extrair uma suposta irregularidade no procedimento, a começar pela modalidade escolhida. No entanto, não é necessária demasiada cautela para averiguar que a licitação obedeceu às normas regentes, tanto no aspecto procedimental, quanto técnico, sendo certo que não se pode pretender a responsabilização de agentes públicos com base em presunções infundadas, sem qualquer correspondência com a realidade fática e formal da contratação.

## **V. PREVISÃO DE ELABORAÇÃO DE PROJETO E EXECUÇÃO DE OBRA**

A Unidade Técnica afirmou que o Edital de Licitação "*previu a elaboração dos projetos e execução das obras pela mesma empresa, conforme pode ser observado no Memorial Descritivo e Especificações de Loteamento*", o que contrariaria as disposições da Lei 8.666/93, em especial os artigos 7º e 9º. Para demonstrar o alegado, colacionou excertos de textos constantes no Memorial Descritivo, bem como da ata de julgamento da licitação.

Importante pontuar, desde já, que mais uma vez a Unidade Técnica se equivocou e, neste aspecto, entrou em contradição em sua análise. Isso, porque ao avaliar a suposta irregularidade quanto à modalidade licitatória escolhida e atribuir a responsabilidade pelo enquadramento, registrou o seguinte: "**Considerando que o projeto básico e o orçamento foram elaborados pela Secretaria de Obras do Município**". A própria Unidade Técnica reconhece que o projeto básico foi elaborado pelo Município e, em seguida, afirma que quem o fez, na verdade, foi a empresa contratada.

Nada obstante o entendimento contraditório da Unidade Técnica, por certo que a empresa contratada não foi responsável pela elaboração do projeto básico. À primeira, porque se a Administração pretendesse contratar uma única empresa para elaborar os projetos básico e executivo, bem como executá-los – **e desde que o objeto assim permitisse** -, teria realizado uma contratação integrada, nos moldes da Lei nº 12.462/2011, o que não é o caso.

Somado a isso, é fácil constatar que o objeto da licitação é muito elucidativo e foi muito bem delimitado, não permitindo interpretações dúbias: "*contratação de empresa especializada em obras e serviços de engenharia **PARA ABERTURA DE RUAS, TERRAPLANAGEM, EXECUÇÃO DE GUIAS E SARJETAS E EXECUÇÃO DOS SEGUINTE PROJETO**: projeto da rede coletora de esgoto; do projeto da rede abastecimento de água; do projeto de drenagem de águas pluviais*".

O memorial descritivo, de igual forma, traz claramente as atribuições da empresa contratada, qual seja, **EXECUTAR AS OBRAS E SERVIÇOS PREVISTOS NOS PROJETOS**:

## MEMORIAL DESCRITIVO E ESPECIFICAÇÕES LOTEAMENTO

### 1-ABERTURA DE RUAS, TERRAPLENAGEM E EXECUÇÃO DE GUIAS E SARJETAS

#### 1.1 - CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

1.1.1- Os projetos foram elaborados seguindo as normas técnicas vigentes no país. A contratada deverá seguir plenamente o que consta nos projetos, além de montar, por sua conta, o canteiro de obras e manter guarda noturno.

#### Imagem 5

### 3 - PROJETO DA REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

#### 3.1 - CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

3.1.1 - O loteamento está dentro do perímetro urbano de Albertina e pode ser atendido pelo sistema de abastecimento de água já existente. O projeto foi elaborado seguindo as normas da ABNT.

#### Imagem 6

#### 3.4 - EXECUÇÃO DAS OBRAS

3.4.1 - Caberá à contratada a execução das obras seguindo integralmente o projeto de rede de água pluvial, seguindo o prazo definido pelo município e o cronograma apresentado.

### Imagem 7

#### 4 - PROJETO DE DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS

##### 4.1 - CONSIDERAÇÕES INICIAIS

4.1.1 - O lançamento das águas pluviais será na área baixa do loteamento, **conforme o projeto de drenagem.**

### Imagem 8

Acredita-se que a confusão gerada pela Unidade Técnica se refira à redação do item 2.1 do Memorial Descritivo, relacionado à execução do projeto da rede coletora de esgoto, assim descrito:

#### 2.1 - CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

2.1.1 - O projeto será elaborado seguindo as normas da ABNT e orientações do Serviço de Água e Esgoto da Prefeitura Municipal de Albertina.

#### 2.4 - EXECUÇÃO DAS OBRAS

2.4.1 - Será de responsabilidade da contratada obedecer ao cronograma de execução das obras apresentado pelo Departamento de Obras desta Prefeitura. Eventuais sugestões da contratada deverão ser aprovadas pelo Departamento de Obras da Prefeitura, porém, em nenhuma hipótese haverá alteração da data limite para conclusão das obras.

#### 2.5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

2.5.1 - Os projetos deverão obedecer às diretrizes fornecidas pelo Serviço de Água e Esgoto do município.

### Imagem 9

Não há dúvidas de que o disposto no item 2.1, especificamente o uso da expressão “**será elaborado**”, não passou de uma incorreção; um erro material no Edital que não desvirtua a finalidade da regra editalícia: **indicar que o projeto deve ser executado observando as normas da ABNT e diretrizes do Serviço de Água e esgoto do Município**, o que fica ainda mais nítido no subitem 2.4.1, que sinaliza com precisão o papel da contratada: executar as obras. Não diferente disso, o Edital trouxe previsão expressa nesse sentido:



#### 4.3 - NORMAS DE EXECUÇÃO

4.3.1 - Deverão ser seguidas todas as normas e especificações da ABNT. Todos os materiais a serem empregados na construção da rede coletora de águas pluviais deverão atender às normas da ABNT. As obras deverão seguir integralmente o projeto de drenagem pluvial. É recomendado a utilizar como referência as marcas Tigre, Amanco e Corr Plastik, ou outras que tenham qualidade superior, desde que estas sejam aprovadas pelo Serviço de Engenharia da Prefeitura.

Obs.: Todas as obras seguirão os projetos e as normas técnicas vigentes e serão aprovadas pela administração de prefeitura de Albertina. O não atendimento às normas e aos projetos acarretará à contratada o ônus de, por conta própria, adequar ou reparar os serviços de e obras relativos, usando, às suas expensas, mão-de-obra, equipamentos e materiais. Deverá ser obedecida a relação de materiais e serviços relacionados na planilha orçamentária.

#### Imagem 10

Portanto, **não há que se falar em irregularidade no procedimento adotado pelo Município de Albertina**, pois os projetos já haviam sido elaborados pelo Município, em consonância com o art. 7º e seguintes da Lei 8.666/93.

### VI. NÃO PARCELAMENTO DO OBJETO DA LICITAÇÃO

A Unidade Técnica destacou que a Prefeitura Municipal de Albertina feriu as disposições da Lei nº 8.666/93 ao não proceder com o parcelamento do objeto, com a adjudicação por itens, visto que o Edital reuniu diversos serviços cuja natureza impõe o seu parcelamento, sendo: i) Elaboração de projetos; ii) Execução de serviços de pavimentação, drenagem e construção de meio fio (guias); iii) Execução e construção de rede de esgotamento sanitário; e iv) Execução e construção de rede de distribuição e abastecimento de água.

Antes de adentrar nas minúcias desta questão, cumpre rememorar que, como já esclarecido, o Edital não contemplou serviços de pavimentação, ante a não obrigatoriedade deste serviço para fins de loteamento e, ainda; o Edital não previu a elaboração de projetos, mesmo porque se assim o fosse, estaríamos diante de uma contratação integrada, cuja sistemática é bem diferente daquela prevista na Lei 8.666/93, que, inclusive, impõe que as obras e serviços somente sejam licitados quando houver projeto básico aprovado (art. 7º, §2º, I).

Já por aí é de se notar mais um equívoco da Unidade Técnica, pois ainda que a licitação fosse por itens, hipótese em que há a concentração de diferentes objetos em um único procedimento licitatório, não seria possível contemplar a “elaboração de projetos”, uma vez que, reiterando, sequer é possível promover uma licitação para a execução de obras e serviços de engenharia sem que haja projeto básico – *cabendo*



*ressalvar o projeto executivo, que pode ser desenvolvido concomitantemente com a execução das obras e serviços, desde que autorizado pela Administração, conforme excepciona o art. 7º, §1º da Lei 8.666/93.*

Pois bem. É cediço que o §1º do art. 23 da Lei 8.666/93 alerta que as obras e os serviços contratados pela Administração devem ser parcelados em tantas etapas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.

Nesses casos, entretanto, a modalidade a ser adotada na licitação de cada uma das parcelas deve ser aquela que seria utilizada caso houvesse uma contratação única, isto é, a escolha da modalidade deve ser feita em face do montante conjunto de todas as contratações. Isto, porque o desmembramento do objeto com vistas a utilizar modalidade de licitação mais simples do que se o objeto fosse licitado em sua totalidade é chamado de fracionamento e não é permitido.

É preciso ter cuidado para que, quando do parcelamento, não haja dificuldade futura para atribuição de responsabilidade por eventuais defeitos de construção. Por exemplo, no caso de uma edificação, se surgem trincas nas paredes do último andar, o executor da alvenaria pode querer responsabilizar quem ergueu a superestrutura que, por sua vez, pretende responsabilizar o executor das fundações que, por seu turno, alega que a causa do problema foi a execução inadequada da proteção térmica da cobertura.

A licitação por itens ou lotes deve ser econômica e tecnicamente viável, ou seja, a divisão do objeto em vários itens/lotos não pode culminar na elevação do custo da contratação de forma global, tampouco afetar a integridade do objeto pretendido ou comprometer a perfeita execução do mesmo. Isso, porque em determinadas situações a divisão do objeto pode desnaturá-lo ou mesmo mostrar-se mais gravosa para a Administração.

Por isso, é que compete à Administração realizar um estudo detalhado sobre as características do objeto, a fim de delimitar os procedimentos que serão desenvolvidos na licitação, sendo recomendável a adjudicação por lotes/itens (Súmula 247 do TCU) **desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala.**

Tendo isso em mente, se considerada a finalidade da licitação, prazo de execução e características técnicas do local e das obras, **parcelar o objeto resultaria**

**em uma perda de economia de escala para a Administração, isto é, traria significativo risco à economicidade e gestão da contratação.**

Ora, o parcelamento deve atender ao interesse da Administração Pública e só é obrigatório quando houver vantagem para a Administração. **Assim, quando o parcelamento for prejudicial ao interesse público, poderá ser realizada a contratação por lote único, tal qual foi feito no presente caso.**

Trata-se de uma avaliação feita pela Administração na fase de planejamento da licitação, sendo certo que nem todo objeto impõe que seja adotado o parcelamento e nem toda ausência de parcelamento pressupõe, necessariamente, diminuição de competitividade (tanto é assim que, no presente caso, 6 (seis) empresas participaram da licitação).

Convém salientar que Unidade Técnica sequer apresentou fundamentos técnicos hábeis que demonstrassem ou evidenciassem a vantajosidade de se adotar o parcelamento nesta licitação, se limitando a elencar os supostos serviços que foram OU deveriam ter sido licitados, o que, aparentemente, seria suficiente para demonstrar a reputada irregularidade.

Portanto, ante a não obrigatoriedade do parcelamento e em vista da inviabilidade de fazê-lo na licitação em questão, não se vislumbra a irregularidade indicada, razão pela qual não deve ser atribuída qualquer responsabilização aos Representados a esse respeito.

## **VII. DECLARAÇÃO DE QUE OS MATERIAIS QUE SERÃO COLOCADOS NO SERVIÇO ESTÃO DE ACORDO COM AS NORMAS TÉCNICAS**

A Unidade Técnica registrou ainda no Relatório Técnico que o Edital trouxe exigência, para fins de qualificação técnica, de que o licitante apresentasse declaração de que os materiais que serão colocados no serviço estão de acordo com as normas da ABNT.

Aduziu, nesse sentido, que a exigência não se encontra no rol do art. 30 da Lei 8.666, que elenca as exigências referentes à capacitação profissional e operacional da licitante.

Afirmou, assim, se tratar de exigência relacionada às especificações técnicas dos materiais, de modo que deveria ser exigida na fase de execução do objeto, não havendo amparo legal para exigir a referida declaração como requisito de qualificação técnica.

No entanto, ao final, a Unidade Técnica assim concluiu: “a não apresentação de declaração não compromete a realização da licitação e tampouco a execução do objeto”.

Cumprido ressaltar que, tanto na fase interna, quanto na externa, o Município de Albertina buscou cumprir todas as exigências/formalidades legais, revestindo-se de todas as cautelas necessárias para viabilizar uma contratação que atendesse aos interesses da Administração e garantisse que o objeto fosse executado com segurança e qualidade.

Não há dúvidas de que quando da elaboração do Edital, todas as exigências são estabelecidas conforme os limites autorizados em lei, levando-se em conta as características do objeto e especificidades da execução. No presente caso, a referida exigência não foi arbitrária ou ilegal, mesmo porque se prestava a garantir que os materiais utilizados na execução estavam em conformidade com as normas da ABNT. Era tão somente uma forma de assegurar a qualidade e integridade destes materiais.

Destarte, não se pode olvidar que o licitante, quando diante de uma exigência que entende ser exorbitante ou ilegal, ou mesmo quando diante de um erro no Edital de Licitação, dispõe de meios para que a Administração realize as correções que se mostrarem pertinentes ou se fizerem necessárias, quais sejam, **Impugnação ou Pedido de Esclarecimentos ao Edital**.

Por meio destes instrumentos, pode o licitante, em tempo hábil, provocar a Administração, exigindo (i) a elucidação de determinada cláusula ou condição ou (ii) a correção de algum vício decorrente de ilegalidade/irregularidade verificada no instrumento convocatório.

No presente caso, não houve qualquer tipo de irrisignação das licitantes em relação à Declaração solicitada.

Em todo caso, **a própria Unidade Técnica reconheceu que a referida exigência não comprometeu a regularidade da licitação**, razão pela qual não há por que se atribuir responsabilidade neste ponto.

## **VIII. PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, COMPOSIÇÕES DE CUSTOS UNITÁRIOS E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**

A Unidade Técnica realizou o exame da planilha orçamentária da licitação, no intuito de verificar os preços constantes na mesma, oportunidade em que fez as seguintes considerações:

- i. A descrição dos itens não eram suficientes para identificar com precisão os serviços a serem executados;
- j. Não foram juntadas composições de custos unitários ou indicação de composições já existentes;
- k. A ausência destes parâmetros pode ter prejudicado a formulação das propostas dos licitantes;
- l. Utilizou-se a regra de Pareto (Curva ABC) para identificar os itens de maior valor significativo para, então, realizar a comparação dos preços;
- m. Identificou-se que o preço global da planilha se encontrava dentro dos limites de razoabilidade; todavia, alguns itens apresentaram-se, de forma individual, com sobrepreço;
- n. Considerando um BDI normal, até a faixa de 30%, a diferença do preço estimado pela Prefeitura para o custo de até 36,99% não indica um percentual fora dos limites da razoabilidade;
- o. O percentual do preço sobre o custo vai de 2,98% até 264,90, o que pode indicar um jogo de planilha;
- p. A proposta vencedora apresenta-se abaixo do valor estimado pela Administração e com uma margem muito pequena de BDI, porém, a proposta demonstra uma distorção em alguns preços, que variam de - 17,71% até 158,87%.

Assim, concluiu que o procedimento de orçamentação foi irregular e com potencial de dano ao erário.

A pesquisa de mercado, efetuada na fase interna do certame, é obrigatória em qualquer processo de licitação ou contratação direta. É através da pesquisa de mercado que a Administração identificará quais são os preços praticados no mercado no ramo do bem ou serviço objeto da contratação.

É de se destacar que, além de obrigatória, **a pesquisa de preços deve ser revestida de fundamentada seriedade, sob pena de responsabilização, não somente dos agentes que a fizeram, mas também do pregoeiro, comissão de licitação e autoridade competente que homologa o procedimento.**

Na licitação em apreço, todo o procedimento foi precedido das formalidades legais, incluindo a pesquisa de preços, com base em **VALORES DE MERCADO DA REGIÃO DE ALBERTINA**, do que decorreu o orçamento contendo o preço estimado para a contratação, datado de 18/09/2019. **Cada item foi adequadamente descrito,**

**contendo a quantidade, respectiva unidade de medida, valor unitário e valor total.**

**Ainda, a despeito da Unidade Técnica ter entendido que o preço global da planilha se encontrava dentro dos limites de razoabilidade,** concluiu que o orçamento foi irregular, com potencial dano ao erário.

Com a *maxima venia*, **da fundamentação, não decorre lógica a conclusão.** Veja, se o preço global era razoável - *considerando que o orçamento levou em conta o preço médio praticado à época da licitação* -, como o orçamento seria irregular? Ainda, se o preço global era razoável, qual seria o potencial dano ao erário? Neste tocante, vale frisar, não passa de uma afirmativa lançada à sorte da interpretação do julgador, pois a Unidade Técnica não cuidou de demonstrar ou quantificar esse “potencial dano”.

A Unidade Técnica criou uma Planilha “comparativa”, contendo os preços estimados na licitação referente a alguns itens e os preços praticados em itens SIMILARES nas principais referências de preços para a Administração Pública (SICRO e SINAPI), o que teria servido de base para demonstrar a distorção nos preços.

No entanto, não é possível averiguar: i) se os preços encontrados na pesquisa se referem aos serviços efetivamente licitados, já que a pesquisa de preços da área técnica considerou, para estes fins, serviços similares, o que certamente influencia na formação do preço; ii) o período considerado na pesquisa dos preços (vez que o orçamento é datado de 18/09/2019), haja vista que essa informação não foi disponibilizada pela Unidade Técnica, tampouco foi individualizada a base de pesquisa de cada um dos serviços.

A verdade é que não é possível concluir se as informações coletadas nessa pesquisa de preços comparativa realizada pela Unidade Técnica reflete as mesmas condições da pesquisa de preços realizada pelo Município antes de deflagar o processo licitatório, principalmente se considerado o fato de que a pesquisa realizada pelo Município considerou os preços praticados no âmbito **REGIONAL**.

A Unidade Técnica sugeriu ainda que pode ter havido um suposto jogo de planilha, mesmo não tendo apresentado qualquer elemento capaz de comprovar a afirmativa. Como se sabe, o jogo de planilhas consiste no ajuste (alteração contratual) posterior dos quantitativos previstos na licitação com vistas a reduzir a quantidade de itens ofertados com valores inferiores aos praticados no mercado e/ou aumento do quantitativo de itens ofertados com sobrepreço.

No contrato derivado deste procedimento licitatório, a única alteração contratual foi o acréscimo de 5.887,86 m<sup>3</sup> em relação à execução do item "corte e aterro compactado", que representou um acréscimo de 16,79% do item e 4,17% do valor total do contrato.

O acréscimo foi realizado pois, no curso da execução do contrato, verificou-se que os volumes contratados não seriam suficientes, sendo certo que não se trata de situação excepcional ou que fuja da normalidade em um contrato de obras de engenharia, tendo o pedido formulado pelo Contratado sido acompanhado de documentos comprobatórios, o que foi avaliado tanto pela equipe técnica do Município, quanto pelo setor jurídico, a fim de averiguar a viabilidade do pedido.

Sendo assim, resta evidente que não há irregularidades no orçamento, tampouco no preço orçado, não sendo possível sequer cogitar a ocorrência de jogo de planilhas. Não tendo a Unidade Técnica logrado êxito em demonstrar o alegado, é medida que se impõe o reconhecimento da ausência desta irregularidade, culminando na não responsabilização dos Representados.

## **IX. EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, MEDIÇÕES E ORDENAMENTO DE DESPESAS**

De acordo com a manifestação da Unidade Técnica, o exame da documentação trazida aos autos permitiria verificar que o objeto contratual estaria com um avanço físico de 88,29%, considerando o aditivo celebrado (que alterou o valor do contrato para R\$996.300,74, ou seja, um acréscimo de 4,17%), até o envio da documentação ao Tribunal, que ocorreu em 05/08/2020, tendo a medição demonstrado um valor executado de R\$879.655,18 (oitocentos e setenta e nove mil, seiscentos e cinquenta e cinco reais e dezoito centavos).

Neste espectro, utilizando a metodologia da curva ABC nos boletins de medição, 95,30% dos itens estariam executados. No entanto, a Unidade Técnica pontuou que as imagens juntadas aos boletins mostram que as obras não se encontram concluídas e tampouco o loteamento em condições de habitação, **pois não haviam sido executadas obras de pavimentação, distribuição de energia elétrica e iluminação pública.**

Em continuidade, indiciou que em relação às obras de drenagem pluvial, esgotamento sanitário e distribuição, não teria sido possível comprovar que as mesmas foram executadas conforme a contratação.



Com base nisso, entendeu pela necessidade de realização de uma auditoria no Município, com o objetivo de apurar se todas as obras necessárias à execução do empreendimento teriam sido executadas de acordo com os projetos e normas técnicas.

Repisando o já abordado anteriormente, a Unidade Técnica deu uma amplitude maior ao objeto contratado, deixando de concentrar a análise sobre os serviços efetivamente contratados e necessários à implementação do loteamento, nos termos do Decreto que o constituiu e normas que regem a temática de parcelamento do solo.

Observe que a narrativa é que, se analisadas as imagens do local, seria possível verificar que as obras de pavimentação, distribuição de energia elétrica e iluminação pública não estariam concluídas e, por isso, as medições apresentadas não representariam a realidade da execução do cronograma, o que faria surgir a necessidade de uma auditoria no Município.

Todavia, conforme já exaustivamente tratado nos tópicos anteriores, estes serviços **NÃO FAZEM PARTE DO ESCOPO DA LICITAÇÃO**. Logo, não se poderia esperar que esses serviços fossem executados, menos ainda que as medições os contemplassem.

Novamente, *data venia* à Unidade Técnica, todas as supostas irregularidades identificadas se resumem à uma interpretação extensiva que foi dada ao objeto, o qual, vale frisar, foi executado **CONFORME O EDITAL E SEUS ANEXOS**.

Em verdade, os fundamentos apresentados pela Unidade Técnica para concluir que a licitação foi irregular são incoerentes, pois **ora afirma que o Edital deixou de prever serviços necessários à implementação do loteamento**, a exemplo dos serviços de pavimentação, **ora entende que estes serviços (NÃO PREVISTOS) não foram executados**, razão pela qual as medições estariam em desacordo com os serviços efetivamente prestados, do que decorreria a necessidade de uma auditoria.

São conclusões completamente ilógicas e que desprezam completamente as características da contratação realizada. Repita-se: **a contratação foi regular e exitosa, tendo observado todos os preceitos técnicos e legais**, não sendo razoável, tampouco proporcional responsabilizar os agentes públicos responsáveis por sua condução com base em suposições, sem elementos concretos de que houve alguma irregularidade capaz de macular o procedimento licitatório e todos os atos praticados a partir dele.

## **X. NÃO APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS SOLICITADOS PELO VEREADOR**

No dia 17 de janeiro de 2020, o Sr. Carlos Alberto Monteiro, Vereador da Câmara Municipal de Albertina, encaminhou Requerimento sob o nº 001/2020 ao Prefeito do Município, solicitando a cópia integral do processo licitatório nº 101/2019, com fulcro no art. 37 da Lei Orgânica Municipal, que assim dispõe:

Art. 37. Os requerimentos dirigidos aos poderes municipais serão protocolados, e apreciados para o devido atendimento no prazo de dez dias, prorrogável uma única vez por igual período, por motivo justificado, com o fornecimento desses motivos, por escrito, ao requerente.

Parágrafo único. Quando indeferidos, acobertados por despacho escrito e motivado, com cópia ao requerente.

Em 27 de janeiro de 2020, o Prefeito Municipal encaminhou o Ofício nº 006/2020 ao Presidente da Câmara Municipal, esclarecendo que o requerimento supra não fora acompanhado de deliberação pelo Plenário da casa, conforme estabelece o art. 98, §1º, inciso I c/c o art. 175, inciso III, ambos do Regimento Interno da Câmara Municipal:

Art. 97. Proposição é toda matéria sujeita à apreciação da Câmara.

Art. 98. São proposição do processo legislativo:

§ 1º. Incluem-se no processo legislativo, por extensão do conceito de proposição:

I - o requerimento

Art. 175. Os requerimentos, escritos ou orais, sujeitam-se:

III - a deliberação do Plenário.

Em virtude disso, a 1ª Coordenadoria de Fiscalização dos Municípios manifestou entendendo que a negativa do Prefeito em prestar informações está interferindo no Poder Legislativo, impedindo-o de exercer seu dever constitucional de fiscalizar os atos do Poder Executivo, nada obstante o direito à informação ser assegurado constitucionalmente.

Ainda, suscitou que, em atenção ao entendimento do Supremo Tribunal Federal sedimentado no julgamento no RE 865.401, resta assegurado ao Vereador, independentemente de previsão regimental, a possibilidade de requisição diretamente ao Chefe do Poder Executivo ou outra autoridade municipal. Por isso, entendeu-se que a negativa de apresentar a documentação foi irregular.

Como ponto de partida, é crucial esclarecer que **não houve negativa de fornecimento dos documentos solicitados**, tanto é que não há nos autos qualquer Ofício nesse sentido. O que fez o Prefeito ao receber o pedido foi remeter o Requerimento ao Presidente da Câmara para informar que o pedido não havia sido acompanhado das formalidades legais, conforme regramento disposto no próprio Regimento Interno da Casa.

Em todo caso, não se pode negar que houve um apego excessivo à uma formalidade regimental quando, por força do princípio da publicidade previsto na Constituição Federal e de sua regulamentação legal constante da Lei nº 8.666/93 e da Lei nº 12.527/11, é dever, e não faculdade da Administração fornecer cópias de toda e qualquer documentação integrante do processo licitatório.

Apenas diante de situação excepcional, quando o teor dos documentos esteja protegido pelo sigilo, na forma da Lei nº 12.527/11, será possível à Administração restringir o amplo acesso a essas informações.

Com efeito, no caso em questão, o Sr. Prefeito não praticou qualquer ato ilícito ou irregular, pois apenas questionou a regularidade do Requerimento, visto que não preenchidas as condicionantes estabelecidas pela própria Câmara em seu Regimento Interno. Sendo assim, não há qualquer irregularidade no que concerne ao fornecimento da documentação, o que inviabiliza que haja responsabilização do gestor municipal.

No entanto, em homenagem às normas que versam sobre o acesso à informação, observados os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, bem como as orientações gerais da LINDB, **entende-se justo e legítimo a expedição de recomendação no tocante à disponibilização de documentos públicos.**

## **XI. CONCLUSÃO**

Ante o exposto:

a) requer seja recebida e conhecida a presente defesa, pois tempestiva;

b) após, ante a ausência de provas que demonstrem quaisquer das irregularidades indicadas pelo Ministério Público de Contas, 1ª Coordenadoria de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia e 1ª Coordenadoria de Fiscalização dos Municípios em suas respectivas manifestações, requer-se a extinção da presente Representação, com o respectivo arquivamento dos autos.

Nestes termos, pede deferimento.

Belo Horizonte, 24 de maio de 2023.

**Leonardo Spencer Oliveira Freitas**  
OAB-MG 97.653

**Luis André de Araújo Vasconcelos**  
OAB-MG 118.484

**Jéssica Cristine Andrade Gomes**  
OAB-MG 174.178

**Jéssica Cristine Andrade Gomes**  
OAB-MG 174.178